

O MUNDO DO TRABALHO E AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS:

OS LIMITES DA 'LEITURA' GEOGRÁFICA *

Antonio Thomaz Júnior **

"No principio era a ação"
J. W. Goethe

Resumo:

Os limites do conhecimento científico e as fronteiras do entendimento do mundo do trabalho nos põem alertas para a superação da fragmentação positivista que impera e que se expressa na Geografia assim como nas demais áreas do saber.

Palavras Chave:

Mundo do trabalho; Geografia do trabalho; fronteiras do conhecimento; território; fragmentação do trabalho científico

Abstract:

Limits of the scientific knowledge and the borderlines of understanding of the World of labour alerts for the overcoming of the positivist fragmentation, which reigns, and it are expressed, as much in the Geography as in the other areas of the knowledge

Key words:

World of labour; Geography of labour; Borderlines of understanding; Territory; Fragmentation of the scientific work.

LABOUR WORLD AND THE TERRITORIAL TRANSFORMATIONS: THE LIMITS OF THE GEOGRAPHICAL "READING"

Refletir a relação entre o trabalho humano, o empreendimento societal do capital e as (re)configurações territoriais, eis a questão posta neste texto. Num outro plano de abordagem, teríamos em mente indagar sobre as possíveis relações que ocorrem entre a dinâmica da realidade e as diferentes interpretações que dela emana do conhecimento científico, portanto as fragmentações representadas pelas especialidades e, conseqüentemente as fronteiras que lhe asseguram identidade e *nicho de mercado*, e dentro disso situamos a "leitura" geográfica.

Antes mesmo de imaginarmos ser isso algo distante do nosso dia-a-dia ou peculiar apenas às outras ciências, percebemos que o discurso geográfico também se estrutura de forma fragmentária, por exemplo, quando se apresenta enquanto Geografia humana e Geografia física, ou Geografia regional e Geografia geral, ou ainda como Geografia urbana e Geografia rural, etc. De todo modo, superar essas amarras depende, obviamente, da postura teórico-metodológica do sujeito, dos nossos objetivos, e do nosso "olhar" sobre os conteúdos de nossa disciplina. Mais ainda, os assuntos abordados nas áreas de especialização da Geografia, também o são por economistas, antropólogos, arquitetos, etc., que se dividem num sem número de subáreas.

Tamanha é a escala das dificuldades!

Sabendo, pois, que o trabalho é um tema permanente da Geografia, sob a forma de duplo nível articulado de existência, o metabolismo homem-meio e a regulação sociedade/espço, nos cabe refletir os limites analíticos e explicativos de um corpo científico que se propõe apreender a dialética existente entre a dinâmica geográfica do fenômeno do trabalho e o fenômeno geográfico como dinâmica do trabalho, diante das transformações territoriais em marcha, da intensa fluidez da paisagem geográfica, pois tanto a necessidade de refazermos os caminhos da interlocução com as demais áreas do conhecimento científico, quanto com outras formas de conhecimento, são a base de uma reflexão profunda e necessária que nos propomos apontar nesse ensaio.

Parece-nos que se faz necessário elegermos o metabolismo societário do capital como referência para entendermos as possíveis ligações existentes entre as fragmentações detectadas no nível do conhecimento científico, com as fragmentações presentes no tecido social, particularmente no mundo do trabalho e os efeitos imediatos para a classe-que-vive-do-trabalho, tendo em vista as travagens imperantes no universo relacional sob o controle do capital, particularmente diante dessa nova maneira de fazer as coisas pautada na produção *flexível* e suas derivações e combinações.

As mudanças nas formas de organização do processo de trabalho (do taylorismo-fordismo ao toyotismo restrito/sistêmico e/ou outras combinações), que se expressam na desproletarização, na informalização, nos contratos temporários, nos novos mecanismos de repressão e cooptação do trabalhador, e em outras tantas formas precarizadas, bem como na despossessão, no desemprego. A cada dia os efeitos desse metabolismo societário do capital fragmentam, complexificam e heterogeneizam o mundo do trabalho redimensionando os sentidos assumidos pela polissemização e promovem profundos rearranjos territoriais.

Conseqüentemente, as redefinições locacionais do domínio espacial mexem profundamente com o universo simbólico e com a subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho, refletindo diretamente na crise porque passa os movimentos sociais populares em geral, e em particular o sindical e operário. É importante lembrar que a partir dessa técnica organizacional, o toyotismo e suas combinações, resolveram dois problemas não solucionados pelo fordismo: ajuste da produção às flutuações e crises do mercado e, a organização baseada nas equipes de trabalho, como forma de eliminar trabalhadores nos momentos de crise e as porosidades, aumentando a intensidade e o ritmo da exploração do trabalho humano, sem impactar a linha de produção (processo de produção nas respectivas escalas de sua abrangência).

As mudanças tecnológicas, as inovações de processo e as formas de gestão e controle do trabalho compatível promoveram uma *nova* divisão social-técnica-territorial do trabalho, fundada em novas relações de poder entre capital e trabalho, ou seja, um outro tempo-espço com impactos profundos na luta de classe, ou seja, se trata, para o capital, de uma batalha para reorganizar as bases espaciais desta relação de poder. (Harvey, 1990).

Em *Condição Pós-Moderna*, Harvey (1994), nos alerta para as relações entre as inovações tecnológicas (passadas e recentes) e a remoção de *barreiras espaciais*, quando pondera que “têm tido imensa significação na história do capitalismo, transformando-a numa questão geográfica – as estradas de ferro e o telégrafo, o automóvel, o rádio e o telefone, o avião a jato e a televisão, e a recente revolução das telecomunicações...” (p.212).

O autor vai mais longe quando aponta que:

Essas tendências e tensões gerais devem ser situadas, no entanto, no âmbito dos interesses divergentes e da luta de classes, porque é quase invariável que as mudanças no tempo ou na organização espacial redistribuam o poder social ao modificarem as condições do ganho monetário (...) O domínio do espaço sempre foi um aspecto vital da luta de classes (e intraclasse)” (Harvey: 1994: 212).

O que nos têm revelado as pesquisas[1] sobre a temática em apreço, principalmente no âmbito das ciências humanas e sociais, a cargo, sobretudo, dos sociólogos, historiadores e economistas, é que há um conjunto de relações e de mediações específicas ao mundo do trabalho que nos permitem compreender a magnitude e a escala do processo de dominação do capital, fundado na busca constante da elevação dos índices de produtividade, dos melhores resultados econômicos e também nos procedimentos destinados ao exercício sempre feito da gestão e controle do trabalho em todas as instâncias da vida da classe-que-vive-do-trabalho, que são redefinidos pelos referenciais da reestruturação produtiva do capital.

Os desdobramentos espaciais e territoriais ocasionados pelo complexo da reestruturação produtiva do capital, tendo em vista o novo choque de competitividade imposto pelas transformações neoliberais a partir do final da década de 1980, rebateu sobre o mundo do trabalho, em todas as suas expressões, ou especificamente para a classe trabalhadora, tanto no campo quanto na cidade[2], especialmente para os diversos sentidos que o trabalho assume na viragem do século XXI, sendo, pois, o que nos ocupa nesse texto. Em concordância com Moreira (1998), é o mesmo que dizemos que “cada tempo da história é marcado por um período técnico o qual corresponde um período de formas de organização e gestão do trabalho” (p. 116).

*

Encimado no cenário mercantil, por excelência fundado na produção/extração de mais valia, o capital tece dialeticamente seu mundo (re)construindo relações de subordinação, de controle e de mando, que fundamenta a relação capital-trabalho. E desse mundo, no interior da luta de classes que também somos chamados ao desafio de entendermos a (des)territorialização dos atores sociais envolvidos nesse processo, que na rabeira da expansão do parque fabril à escala planetária, anuncia uma fase específica do capitalismo. Esse processo sempre foi acompanhado da resistência do trabalho, ora dos camponeses para não saírem da terra, ora dos já proletarizados trabalhadores, para não perderem o emprego, vide a rica história do movimento operário e camponês nos quatro cantos do planeta.

Notamos para o caso brasileiro, que se num dado momento a desterração significou a expulsão de milhões de camponeses e índios da terra rumo aos centros urbanos, em momento recente a desterritorialização dos trabalhadores proletarizados em geral, mas, sobretudo, urbanos, que expressa a cisão do vínculo empregatício ou perda do emprego, move parte desses trabalhadores ao retorno a terra[3], sendo, pois, a fração majoritária vagueia de lugar a lugar em busca de novas colocações, sendo que para garantir seu sustento se enquadram em diferentes atividades urbanas, que exprimem formas assalariadas, semi-assalariadas, autônomas, mas todas reunidas no quadro da precarização do trabalho[4].

Esse contínuo e conflituoso processo de (re)territorialização do trabalho também apresenta faces específicas em relação ao retorno a terra, ou ainda, a permanência na terra, mas não mais como proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, mas como assalariado, assentado, ocupante, etc.

A face espacial e o conteúdo territorial da inserção do trabalho no processo social capitalista só podem ser entendidos se levarmos em consideração as contradições imanentes e termos na totalidade o referencial para o empreendimento analítico. Seria o mesmo que dizemos que os recortes estanques que ora correspondem às especializações, ora se confundem com subáreas, ou até disciplinas, podem nos impossibilitar compreender a dialética do processo social. Seria o mesmo que dizemos que o território deve ser visto no âmbito do espaço e o espaço como instância na qual vai se mover o ato analítico do território (Moreira, 2001).

Com as atenções voltadas para explicarmos as transformações sócio-territoriais do mundo agrário, produziríamos diferentes entendimentos de uma pluralidade de situações, seja o processo de luta pela terra, através das ocupações e dos enfrentamentos com os latifundiários e com o Estado; seja a *mudança* tácita do Estado e de setores da intelectualidade *orgânica* que apostam na *necessária* mudança de foco da questão agrária para o desenvolvimento rural^[5] (e todas as implicações sociais, políticas e espaciais de correntes); seja as formas de organização dos camponeses, se através da instância sindical ou dos movimentos sociais populares, bem como as formas específicas utilizadas para a viabilização dos assentamentos e da produção, via inserção mercadológica; seja a inserção do trabalho assalariado na agricultura ou particularmente nas atividades agroindustriais tecnificadas e as formas de organização dos trabalhadores (associações, sindicatos, cooperativas de trabalho); seja a expulsão, a desterração das comunidades indígenas e a sua (des)integração social através dos diferentes mecanismos, ao circuito da produção mercantil; enfim todas as derivações e combinações desse cenário, não podemos dissociá-las do metabolismo societário (destrutivo) do capital^[6].

Da mesma forma, quando estamos com as atenções voltadas para o mundo urbano, quando se põem em cena situações diferenciadas em relação à inserção do trabalho e suas decorrentes territorialidades: desde as formas clássicas do trabalho assalariado, passando para o expressivo contingente de proletários que não podem mais ser entendidos como assalariados *tradicionais* porque são diaristas ou ganham por produção, por metas, etc.; as formas vigentes do trabalho informal e suas diferentes faces (domiciliar, camelotagem, etc.); as cooperativas de trabalho; o deslocamento constante dos trabalhadores sem-teto e a luta por moradia, não obstante o distanciamento da “leitura” entre o momento da produção e da reprodução da força de trabalho, o que repercute na fragmentação organizativa da classe trabalhadora para reivindicar moradia e salário como coisas distintas e incomunicáveis; o realce do componente gênero^[7], particularmente com o ingresso crescente de mulheres no mercado de trabalho, cada vez mais flexibilizado e precarizado; a configuração do mercado de trabalho dual, de um lado composto por esses segmentos precarizados e por outro, com os setores que ganham a dimensão de altamente especializados, etc.

Nos sentiríamos impossibilitados para entender o conteúdo e a característica espacial do mundo do trabalho sem que considerássemos as contradições da processualidade social que marcam as transformações territoriais, fundamentalmente, o intercambiamento e as determinações em todos os níveis escalares da dimensão do trabalho, entre o urbano e o agrário, entre o material e o imaterial, entre o produtivo e o improdutivo, entre formal e o informal, etc. Ou seja, há uma complexa trama de relações que imprime certa plasticidade à nova sociabilidade expressa na dinâmica da sociedade, a espacialidade. Para tanto, o trabalho nas mais diferentes inserções e formas de exercitação ontológica não pode mais ser entendido em si, deslocado das ligações e relações societárias e das mediações sociais que proclamam seu redefinir constante.

Considerando os resultados obtidos com as pesquisas realizadas^[8], pensamos poder apontar algumas pistas para repensarmos o quadro social atual do trabalho e os efeitos sobre as instâncias organizativas, sobretudo sobre as ações políticas e conseqüentemente, as linhas de comunicação com ONG's, centrais sindicais, Consulta Popular, Fórum Social Mundial. Isso nos estimula a formular que a classe trabalhadora hoje, diante dos desdobramentos do complexo da reestruturação produtiva requer que a consideremos como setores integrantes: a) o conjunto dos trabalhadores que vivem da venda da sua força de trabalho; b) aqueles que se garantem com relativa *autonomia* em relação à inserção no circuito mercantil, como os camelôs; c) os trabalhadores não proprietários dos meios de produção e inclusos na informalidade, como as diferentes modalidades do trabalho domiciliar urbano e familiar na agricultura, e que são inteiramente subordinados ao mando do capital; d) da mesma forma, os camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares; e) o conjunto dos trabalhadores que lutam por terra, inclusive os camponeses deterreados e; f) todos os demais trabalhadores que vivem precariamente junto às suas famílias, sob diferentes modalidades de subproletarização (temporário, *part time*, etc.), da produção e venda de artesanatos, pescadores, etc.

Na literatura que investigamos e que mais nos aproximamos teoricamente (Antunes, 1999 e 2002; Iasi, 2002 e Alves, 2000), não há sustentação para a presença dos trabalhadores sem terra ou pequenos camponeses no âmbito da definição de classe trabalhadora. Nossa insistência deve-se por avaliarmos que há um significado político e histórico em nossa avaliação que em nada atropela teoricamente a formulação desses autores, ao contrário complementa e adiciona alguns elementos que esperamos ser, agregadores de novos sentidos com vistas a recolocar em debate a identidade de classe, a unificação orgânica do trabalho, pra além da fragmentação cidade-campo, e portanto, sugerir a imprescindibilidade do debate de um tema tão distante dos eventos na área das ciências humanas e sociais, particularmente da Geografia.

É importante registrar, pois, que essa definição de classe trabalhadora, não contém somente os trabalhadores produtivos, tampouco os improdutivos, que aliás, crescem em importância e tamanho, mas também os demais trabalhadores que se enquadram nos roteiros apontados. Essa formulação merecerá nossa atenção para futuros aprofundamentos teóricos com o devido amparo teórico e empírico, para que possamos compreender a malha social complexa que reflete a característica principal da organização espacial do nosso tempo^[9], ou seja, o conteúdo contraditório da luta de classes e os elementos estruturantes da relação capital-trabalho e a polissemia do trabalho, que em Território em Transe..., nos propusemos investigar.

Não há dúvida de que o exercício do poder do capital se estende para todo o tecido social, impactando portanto, não somente as relações específicas à dimensão da atividade laborativa, mas todas as esferas do ser que trabalha, ultrapassando o momento da produção, ganhando a dimensão da reprodução da vida e noutro nível, a subjetividade da classe, as formas de organização política.

Vale destacar que o caráter mais sistêmico da reestruturação produtiva repercute diretamente sobre o trabalho, produzindo, pois, resultados diferentes para o conjunto dos países, mas o estigma de subordinado e dependente enquadra o Brasil numa condição subalterna. Em linhas gerais, poderíamos apontar o seguinte: 1) a desproletarização do trabalho industrial fabril, típico do fordismo; 2) a ampliação do assalariamento no setor de serviços; 3) o incremento das inúmeras formas de subproletarização, decorrentes do trabalho parcial, temporário, domiciliar, precário, sub-contratado, “terceirizado”; informal; 4) verifica-se, também, que todas essas formas que redimensionam a heterogeneização do trabalho têm, na crescente incorporação do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, expressão, em especial, quando se pensa em termos da expansão do trabalho precarizado, “terceirizado”, sub-contratado, *part-time*, etc.; 5) intensificação da superexploração do trabalho, através da extensão da jornada; 6) a exclusão de trabalhadores jovens e “velhos” (acima de 45 anos), do mercado de trabalho; 7) a expansão do patamar de trabalho infantil, em especial nas atividades agrárias e extrativas.

*

No entanto, o que ainda não foi compreendido desse processo, na mesma proporção, é o conteúdo e a dinâmica dos rearranjos espaciais e territoriais do metabolismo do capital. Entendemos que através da operação das categorias de base da Geografia (lugar, paisagem, território e espaço), poderemos apreender as faces da estrutura espacial e os seus recortes territoriais, enquanto materialidade locacional do domínio espacial do fenômeno, vistos, pois, a partir de dois momentos articulados, o da dimensão metabólica do trabalho em relação à natureza, e a dimensão da regulação sócio-espacial. É desse movimento dialético e das mediações teóricas requeridas, que faremos do trabalho um tema permanente para a Geografia.

O silêncio e a incompreensão reinantes podem explicar a inexistência do diálogo entre a Geografia - enquanto discurso organizado sob o referencial científico - e as demais áreas das ciências sociais ou humanas.

Com o propósito de tornar esse exercício mais estimulante, tomaremos como base de reflexão, algumas dificuldades, a princípio, particulares da nossa experiência e que resultam do esforço de realizar interlocução com pesquisadores e estudiosos de outras áreas das ciências sociais, com o propósito de desvendar a dinâmica territorial recente das alterações que ocorrem no mundo do trabalho, em especial no Brasil. Para tanto, faz-se necessário, como já nos alerta o professor Boaventura de Souza Santos (1987), ultrapassarmos as fronteiras entre as disciplinas e desobstruirmos, portanto, os procedimentos que fazem do cientista um *ignorante especializado*. Ou ainda:

O maior triunfo da ciência moderna avança pela especialização. É tanto mais rigoroso quanto mais restrito é o objeto sobre que incide. Portanto, um conhecimento disciplinado (...) para policiar as fronteiras entre as disciplinas e reprimir os que as quiserem transpor (...). Assim transforma o cientista num ignorante especializado (p.25).

As dificuldades de nos lançarmos à efetivação do diálogo com as demais especialidades das ciências sociais, talvez tenha como fundamento, o próprio monólogo que edifica o saber e o conhecimento geográficos sobre a temática do trabalho. Isto é, a não amplificação do assunto e sua devida ampliação enquanto temática específica e base de formulação de linhas de pesquisas, pode ser atestado pela quase ausência da Geografia e dos geógrafos do cenário que a temática do trabalho envolve, como o movimento sindical e operário, os movimentos sociais populares de forma geral ou as diferentes frentes de luta dos trabalhadores que desdobram de motivações e especificidades tático-estratégicas também diferenciadas tanto na cidade quanto no campo.

Trata-se, então, de privilegiarmos estudos e pesquisas capazes de nos possibilitar apreender, por dentro dessas especificidades, seus desdobramentos territoriais, enraizados pois, nos rearranjos e redefinições processados internamente ao modo de produção capitalista.

É importante lembrarmos que os enfoques que os geógrafos adotaram para compreender o trabalho, até onde se sabe, se manifesta nos anos 1960 com Pierre George^[10], especialmente no livro *Sociologia e Geografia* (1969), momento em que propôs uma Geografia do trabalho que se ateve exclusivamente ao trato estatístico do que poderíamos entender como sendo uma Geografia do emprego e as inúmeras atividades de trabalho^[11].

O trabalho, estreitamente vinculado à órbita das relações econômicas, aqui circunscrito ao sentido de força-de-trabalho, era responsável pelos requerimentos dos modos de existência e que teoricamente esteve na cimeira do conceito de gêneros de vida^[12]. De todo modo, poderíamos, ao menos apontar que, enquanto referência do discurso, o trabalho na Geografia foi entendido como mediação e não como tema central. Quase sempre, compareceu nos compêndios, estudos, relatórios de viagens, livros didáticos e toda a produção acadêmica que atravessa o tempo, mas se considerarmos uma plêiade plural de compreensões, os geógrafos focaram dois aspectos, quase sempre clivados.

Poderíamos recorrer à lembrança: 1) da relação sociedade – natureza ou homem–meio, portadora de compreensões diversas, a começar pelo perfil, definições e características para cada uma das partes do *todo* e, 2) da dimensão da organização espacial da sociedade. Há uma longa trajetória a ser considerada, desde os primórdios da sistematização da disciplina no final do século XVIII e início do século XIX.

Através do trabalho, então, se realizam as mediações para assegurar os meios de vida entre duas faces historicamente clivadas (sociedade-natureza). Fonte de inspiração para os demais *corpus* científicos, a Geografia também contaminada pelo positivismo, se distanciou da refundição do homem com a natureza (Moreira, 1987).

É por dentro desse caminho que os geógrafos edificaram as Geografias, que, de todo modo, se preocuparam em entender os liames entre o ambiental e o social, que através dos conceitos de espaço vital, gênero de vida, habitat, paisagem, espaço, ganharam notoriedade.

Dessa análise acurada concluímos que a temática do trabalho na Geografia, quase sempre esteve (des)sintonizada do processo social movido pela *fúria* reprodutiva do capital ancorada na extração de mais-valia e na vinculação do trabalho abstrato ao empreendimento societário reinante, bem como das revoltas, revoluções e grandes marcas do movimento operário mundial. Portanto, a categoria trabalho não compareceu nos estudos geográficos na qualidade de reveladora do pacto de classes que a burguesia orquestrou para consolidar seu projeto de dominação. Fora também da natureza, enquanto elemento distante do *corpus* natural e visto somente como atividades humanas, já que o homem já estava fora da natureza.

De posse do material que estamos pesquisando, com o avanço das reflexões que conseguimos sistematizar em “Por uma Geografia do Trabalho”^[13] e o que estamos apontando nessa seqüência das pesquisas^[14], o trabalho sob o enfoque geográfico é compreendido por nós, como expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu *ir sendo* ou em seu *vir a ser*, está inscrita a intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem.

Poderíamos arriscar a ponderar que, se a Geografia está para a ciência de síntese e os geógrafos para o centauro que tudo sabe, em especial em se tratando da relação sociedade-natureza - como se isso não fosse, no final das contas, o objetivo final de qualquer ciência - aliás, como muitos defendem dentro das próprias raias corporativas, nos resta abolir essa *boa máxima* e redefinir caminhos, rumos e relações. Tampouco, devemos aceitar gratuitamente o fato de que a Geografia, por conta dessas especificidades, deve assumir a dianteira de uma possível *brigada* rumo à interlocução com as demais ciências, como se as demais áreas do conhecimento científico não dispusessem de um amplo conjunto de interfaces com as outras áreas.

*

Vencer o silêncio, romper com a disciplinarização que, por outro lado, foi e é a base fundante do discurso científico moderno e que se reconhece enquanto tal, enquanto chamamento ao *respeito* das fronteiras do conhecimento, nos apresentamos para discutir outro procedimento teórico-metodológico, referenciado sobre outra base epistêmica. Acreditamos ser esse mais um momento oportuno para asseverarmos que, ao contrário do que muitos pensam ou defendem, a interdisciplinaridade não se dá mediante o somatório dos conteúdos das disciplinas ou áreas do conhecimento. Os conteúdos e sua lógica interna não devem ser o ponto de partida para a definição de absolutamente nada.

Na verdade, estamos diante de uma questão de extrema importância, tendo em vista que o referencial a ser adotado tem nos objetivos pedagógicos a possibilidade de suplantarmos os estreitos marcos da cientificidade enraizada na identificação das disciplinas e rumar para um roteiro que expresse a ruptura dos caminhos trilhados até então.

Os objetivos pedagógicos demarcam qualitativamente referenciais teóricos que, ao elegerem as opções epistemológicas, as categorias de análise, os conceitos portanto, nos colocam diante da necessidade de explicitar o processo contraditório de (re)construção da sociedade - seja lá qual for o recorte que se considere - privilegiando-se dessa forma, o primado do devir como definidor da interlocução a ser construída entre a Geografia e as demais ciências sociais. Incide aqui, então, o que poderíamos chamar de momento de *confluência das contribuições* das demais áreas do conhecimento, com as quais desejamos nos incluir. Das contribuições advindas das diferentes disciplinas, ressalta-se pois, de que maneira e em cada situação

demandada, específica, portanto, que se pretende desvendar sob os olhares da “leitura” geográfica - a título de exemplo, a ordenação territorial do mundo do trabalho - quais os avanços alcançados com a apreensão já produto da interdisciplinaridade e a efetivação do estabelecimento do diálogo com as demais ciências sociais.

Se, de um lado, estabelece-se que a apreensão das relações locacionais, do reordenamento territorial ou da ordem territorial dos fenômenos e as regras que orientam sua dinâmica nos lugares sob o comando do metabolismo societário do capital, ou da processualidade social contextualizada, é o campo demarcatório sobre o qual a Geografia deve ser entendida, as contribuições das demais áreas do conhecimento, podem e devem instrumentalizar aprofundamentos e vice-versa.

Não pretendemos propor *concessões*, tampouco *negociações* teórico-metodológicas, mas sim e sobretudo, fortalecer a qualidade da “leitura” junto aos demais pesquisadores, de tal maneira que o caminho inverso possa também contribuir e redimensionar avaliações que novamente (re)iniciarão o ciclo, sem fim, aliás como o próprio conhecimento, objetivando assim superar as fronteiras disciplinares.

Hoje, empreender essa “leitura” é como se pudéssemos renovar os caminhos de uma Geografia verdadeiramente libertadora, livre dos pressupostos positivistas de toda ordem e das demais referências que contaminaram as correntes marxistas que “desavisadamente” incorporaram práticas discriminatórias e de vantajada cegueira, capazes de confundir os interlocutores, engessar as fronteiras pré-definidas das áreas do conhecimento científico e de distanciar-los de um diálogo crítico e construtivo. Por suposto, essa não é a Geografia que queremos ajudar a construir.

Com essa formatação, a título de exemplo, achamos ser possível intentarmos explicitar o ordenamento territorial resultante do trabalho no Brasil ou sua explicitação nos passos do movimento operário e sua dinâmica, contextualizada, nos lugares, podendo contar com as contribuições valiosas dos cientistas sociais, em especial, dos sociólogos, dos historiadores e dos economistas, tendo em vista serem os que há mais tempo se dedicam às investigações do mundo do trabalho.

Tamanha é a abrangência que o assunto em pauta impõe para que possamos privilegiar a compreensão das mediações específicas que dão sentido e formato ao comportamento do trabalho, nos diferentes momentos e lugares e, portanto, o próprio movimento contraditório de (re)construção da sociedade.

*

Vê-se que, paralelamente à redução quantitativa do operariado tradicional, opera-se uma alternativa qualitativa profunda da forma de ser do trabalho, o que pode ser identificado na significativa heterogeneização e complexificação da classe-que-vive-do-trabalho, dada pela subproletarização do trabalho, expresso nas formas de precário, parcial, temporário, autônomo, etc.

Isto é, as características espaciais desse processo que revela um *novo* universo das confrontações - e das diferenças radicadas no processo social [\[15\]](#) - contra a lógica destrutiva do capital e particularmente a tradução disso em ações concretas e os conteúdos tático-estratégicos específicos, é o que vai nos permitir entender a dinâmica territorial da relação capital-trabalho e as demais formas de expressão da luta de classes, particularmente nesse projeto através da instância organizativa.

Assim, precarizado e complexificado, o mundo do trabalho expõe um cenário polêmico. Muito se fala do fim do trabalho, todavia é o emprego que está moribundo, ou seja, com a diminuição do operariado industrial tradicional, temos ao mesmo tempo a desproletarização do trabalho manual, a heterogeneização, a subproletarização do trabalho, ou ainda sob o impacto da flexibilização e dos efeitos das derivações do taylorismo-fordismo para o toyotismo ou formas combinadas, bem como outras formas de organização do processo de trabalho, o que Beynon (1998) denomina de operários hifenizados, que são aqueles que se enquadram em trabalho-parcial, trabalho-precário, trabalho-por-tempo, trabalho-por-hora. Importa afirmar que por conta disso há um aumento da classe-que-vive-do-trabalho em bases intensamente precarizadas.

Isso configura uma *nova* materialidade do trabalho que não se exaure na mudança ocupacional e de funções, em particular diante das hordas de trabalhadores desempregados (grande parte desqualificados para as *novas* exigências do processo produtivo e do patamar técnico[16]), mas atua diretamente na subjetividade do trabalhador, nos seus referenciais culturais, de classe, de ar gênero, etc., impactando diretamente o universo simbólico do trabalho repercutindo nas instâncias de organização, especialmente nos sindicatos.

É possível adiantar que o que deve ser considerado é que o metabolismo do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial, terceirizado, *part time*, sub-proletarizado, precarizado em suas diversas formulações.

Assim, as formas específicas que a sociedade se organiza nos lugares, portanto, o conteúdo de cada expressão social que mescla elementos e fatores do mundo do trabalho é o que nos vai permitir compreender o universo das contradições intrínsecas à sociabilidade contemporânea.

Diante disso, pensamos que os resultados das pesquisas em consecução nos autorizam indagar como desconsiderarmos para a explicação dos conflitos sociais em torno da luta pela terra no Brasil, os elementos condicionantes do edifício social como um todo[17]? Ainda que esse processo esteja sendo ampliado com os desdobramentos da reestruturação produtiva do capital, a questão agrária no Brasil tem na estrutura fundiária ou mais precisamente, na concentração da propriedade da terra, o resultado das desigualdades geradas pelo sistema metabólico do capital e um dos principais entraves para o alavancamento da luta pela terra por parte dos movimentos sociais e também para a reforma agrária.

Esse referencial teórico nos permite visualizar o desenho societal dos trabalhadores sem terra no Brasil, como produto de uma complexa trama de relações que envolve uma gama de trabalhadores e de movimentos sociais que se dedicam à luta de resistência, de ocupação da terra e pela Reforma Agrária, tais como: posseiros; atingidos por barragens, organizados ou não no âmbito do Movimento Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens (MAB); pequenos produtores desarticulados da estrutura oficial dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's); seringueiros; índios; pescadores; Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), com o apoio da Via Campesina; Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST); os assalariados rurais temporários, envolvidos no corte da cana-de-açúcar, especialmente em Pernambuco, Alagoas e em São Paulo, sendo neste Estado mediante a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP)[18], etc. Estes, consoante o estágio de precarização e de exclusão do mercado formal de trabalho, se inserem nas atividades informalizadas, especialmente a camelotagem, sendo que em grande parte já foram sindicalizados[19] e também participaram de cursos de (re)qualificação profissional.

Encontramos também outros níveis de determinação e das relações sociais que mediatizam o desenvolvimento das forças produtivas materiais e o processo metabólico do capital, o que nos permitem apreender que a identificação que o trabalho (assalariado/proletarizado), já fragmentado corporativamente (em profissões identificadas[20] com as dimensões da divisão técnica) tem com o território, é referenciada nos limites das determinações impostas pelo regramento jurídico-político[21]. Portanto, é no âmbito da regulação

que o Estado comparece para fazer respeitar, de acordo com as conveniências, o estatuto social dos códigos de leis (código civil, constituição, CLT, etc.).

Então, a identificação do trabalho, de um lado, distanciada do seu pertencimento de classe e diante do conflito social, portanto, enraizada nas nomenclaturas da divisão técnica, e por outro, as identidades que daí se estruturam para o nível da representação política (sindicatos, associações), ancorada, pois, e por via de consequência, na fragmentação em categorias, nos revela o significado do que simbolicamente estamos denominando de *território minado*^[22]. Ou seja, por dispor dos mecanismos de controle e deles não abrir mão^[23], o capital se vê e se lê na abrangência do empreendimento econômico, enquanto que o trabalho se vê mediante a fragmentação corporativa das especializações e das profissões/atividades, e se lê, já no plano da subjetividade através dos filtros do ordenamento territorial que prescreve os limites da compreensão operária: se químico, se gráfico, se bancário, se trabalhador rural, se trabalhador urbano, etc., nesse ou naquele município, consoante os ditames da unicidade sindical, conforme reza a CLT e a Constituição vigente^[24].

*

É essa pluralidade de combinações e contradições fundadas na sociedade do capital e as consequentes estruturas societárias, que nos revela as características espaciais e as expressões territoriais que nada mais são do que os marcos da relação capital-trabalho e as derivações e desdobramentos daí decorrentes.

Então, dos posseiros aos desempregados da indústria metalúrgica do ABC, passando pelos pequenos produtores familiares endividados e pelos assalariados rurais temporários, o que se percebe é que está em foco um novo cenário para o trabalho, no qual as desigualdades sociais oriundas do campo (concentração da propriedade da terra e a modernização seletiva), da cidade (desqualificação/precarização do trabalho e desemprego em massa), e a convergência de determinados atributos que influem no aumento crescente da exclusão, nos estimulam a pensar não ser mais possível persistir nos esquemas prévios de interpretação que não privilegiem o entendimento das diferentes faces do trabalho em torno de questões mais gerais, como luta pela terra, reforma agrária, política nacional de emprego, tempo livre, diminuição da jornada de trabalho, alianças políticas no âmbito da classe-que-vive-do-trabalho, para discutir noções fundantes do pertencimento de classe.

Apresenta-se evidente a possibilidade de entendermos as articulações e as combinações entre as diferentes faces e aspectos do trabalho (urbano-rural, material-imaterial, produtivo-improdutivo, etc.), como forma de superarmos as fragmentações colocadas e reproduzidas pela ciência de maneira geral, pela Geografia e pelos geógrafos de maneira particular, o que tem nos motivado às investigações. Ou seja, há uma complexa trama de relações que imprime certa plasticidade à *nova* sociabilidade do trabalho expressa na dinâmica da sociedade.

Os aspectos, sociais, econômicos, políticos, culturais demonstram ser necessário o aproveitamento das contribuições dos demais pesquisadores, tendo em vista que dar conta do desmonte que se processa no universo do trabalho e a expressão disso nas transformações territoriais – as redefinições constantes nas formas de uso e exploração do território, bem como as formas específicas de assentamento do trabalho –, faz-se necessário a interlocução, para a construção de um saber competente e consistente a serviço da construção de uma sociedade efetivamente emancipada do jugo do metabolismo do capital.

Assim, acreditamos que a concreção de uma Geografia do trabalho fundada na compreensão histórica do trabalho e conseqüentemente, na estrutura espacial que o regula, possa nos permitir dialogar com a comunidade interessada (pesquisadores, estudantes, trabalhadores, sindicalistas, etc.), sobre os rumos do mundo do trabalho no âmbito da luta emancipatória, e das transformações territoriais, a fim de superarmos os limites da “leitura” geográfica.

Bibliografia

- ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, G. **Dimensões da globalização: o capital e suas contradições**. Londrina: Práxis, 2001.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995
- ANTUNES, R. A centralidade do trabalho hoje. In: _____. **A sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 1997. p. 91-100.
- ANTUNES, R., **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. O proletariado e a classe trabalhadora hoje. **Debate Sindical**, ano15, n.41, dez/fev/ 2002. p. 22-23. São Paulo, 2002.
- ARAÚJO, A. (Org.) **Do corporativismo ao neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BEYNON, H. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, R. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 9-38.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BOITO JÚNIOR., A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Campinas: Xamã, 2000.
- BOITO JÚNIOR., A. Neoliberalismo e corporativismo de Estado no Brasil. **Do corporativismo ao neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BEYNON, H. As Práticas do trabalho em mutação. **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. ANTUNES, R. (org.). São Paulo: Boitempo, 1998. (2ª edição).
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo – Brasil (2001)**. Goiânia: Loyola, 2002.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO -ECONÔMICOS. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2002.

- FONTENELLE, I. **O nome da marca**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- FRANÇA G. C. Geografia e mundo do trabalho. **IV Encontro Nacional da ANPEGE** - CD. São Paulo, março de 2002.
- GEORGE, P. O Trabalho. In: **Sociologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- GEORGE, P. **Geografia ativa**. São Paulo: Difel, 1973.
- GEORGE, P. **Geografia econômica**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1973.
- GEORGE, P. **Populações ativas**. São Paulo: Difel, 1979.
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- HARVEY, D. **Los limites del capitalismo y la teoría marxista**. Cidade do México: Fundo de Cultura, 1990.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: São Paulo: Loyola, 1993.
- HARVEY, D. **Spaces of hopes**. Los Angeles: University of Califórnia Press, 2000.
- HIRATA, E. **Nova divisão sexual do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- IANNI, O. Enigmas da modernidade-mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- IASI, M. Quem forma o proletariado hoje? **Debate Sindical**, ano15, n.41, dez/fev/ 2002. p. 24-25. São Paulo, 2002.
- LA BLACHE, P. V. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Cosmos, 1954.
- MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p.85-169.
- MACILROY, J. **Os sindicatos e o Estado**. Do corporativismo ao neoliberalismo. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, I. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1996, 2ª edição.
- MÉZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOREIRA, R. **O discurso do avesso**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.
- MOREIRA, Ruy. Inovações Tecnológicas e Novas Formas de Gestão do Trabalho. **Trabalho e Tecnologia – UNITRABALHO**. São Paulo: UNITRABALHO, 1998.
- MOREIRA, R. Trabalho e Movimentos Sociais no Brasil: um diálogo possível no âmbito da luta emancipatória? II Jornada sobre o Trabalho. **Caderno de Textos – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT)**. Presidente Prudente: CEGeT, 2001.
- PEREIRA, D. A. C., Geografia escolar: Conteúdos e/ou objetivos? . **Caderno Prudentino de Geografia**, n.17. Presidente Prudente: AGB, 1995.

PEREIRA, D. A. C. **Espacialidade da produção e do trabalho industrial: uma geografia da Ford Motor Company na escala do Brasil e do mundo**. 2001. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

POCHMANN, M. & BORGES, A. **Era FHC – A regressão do trabalho**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

SANTOS, D. Conteúdo e objetivo pedagógico no ensino da Geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, n.17. Presidente Prudente: AGB, 1995.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre a ciência**. Porto: Edições Afrontamento, 1987.

SANTOS, B. S. **Crítica a razão indolente**. São Paulo: Hucitec, 2000.

SANTOS, M. SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

RANIERI, J. **A câmara escura**. São Paulo: Boitempo, 2001.

RAMONET, Ignácio. **Geopolítica do caos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SANCHEZ, J-E. **Espacio, economia y sociedad**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1991.

RIBEIRO, J. C. **A Geografia da escravidão no território do capital**. (Dissertação de Mestrado). FCT/UNESP/Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2001. (edição própria).

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1993.

SOJA, E. **Thirdspace**. Los Angelis: Bkcell, 1999. THOMAZ JR., A. “‘Leitura’ Geográfica e Gestão Político-Territorial na Sociedade de Classes”. Boletim Gaúcho de Geografia, n.24. Edição Especial do XVII Encontro Estadual de Professores de Geografia, Ijuí, 1997. Porto Alegre: AGB/Porto Alegre, 1998.

THOMAZ JÚNIOR, A. qualificação do trabalho: Adestramento ou Liberdade? **II Colóquio Internacional de Geocritica**. Barcelona, Universidade de Barcelona, 2000a. Disponível em: www.ub.es/geocrit/sn-43htm

THOMAZ JÚNIOR, A. Reflexões introdutórias sobre a questão ambiental para o trabalho e para o movimento operário nesse final de século. **Revista Geográfica**, Bauru, n.16, p. 15-21, 2000b.

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho societal dos sem terra no Brasil. **Revista Abra**, Campinas, v.28, n.25, p.31-46, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A. A dignidade roubada e a barbárie: Um Espectro Ronda nossas Vidas. Revista Espaço Aberto. In: **Espaço Acadêmico**. In: Espaço Acadêmico, ano 1, número 11, abril de 2002. Maringá, 2002a. (www.espacoacademico.com.br/11thomaz.htm).

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os nós da cana**. São Paulo/FAPESP, 2002b.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma Geografia do trabalho. **IV Colóquio Internacional de Geocritica**, Barcelona, 2002c. disponível em: www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm

Presidente Prudente, primavera de 2002

* Esse texto é a continuidade de uma reflexão iniciada em meados de 1999 e que se consumou no artigo “A Geografia e as Fronteiras Disciplinares. O Mundo do Trabalho em Questão”, mas que nem sequer foi publicado em periódicos especializados, tão-somente no Caderno de Textos da I Semana de Geografia da FCT/UNESP, em 1999. Agora, reformulado, é parte constitutiva dos resultados das investigações viabilizadas através do Projeto de Pesquisa “Território em Transe: Metabolismo Societário do Capital e as Mutações no Mundo do Trabalho”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na alínea Produtividade em Pesquisa (PQ), que vige desde março de 2001.

** Professor dos Cursos de Graduação da FCT/UNESP/Presidente Prudente e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, do CEUD/UFMS/Dourados e da UEM/Maringá; Pesquisador 2B do CNPq; Coordenador do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT) < www.prudente.unesp.br/ceget >; Coordenador do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” (CEMOSi); autor do livro “Por Trás dos Canaviais os Nós da Cana”. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002. E-mail: thomazjr@stetnet.com.br

[1] Referimo-nos ao Projeto de Pesquisa “Território em Transe: Metabolismo Societário do Capital e as Mutações no Mundo do Trabalho”, financiado pelo CNPQ (PQ), em consecução desde março de 2001.

[2] Cf. Thomaz Jr., 1998.

[3] Esse assunto foi por nós abordado em “Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil”, 2000.

[4] Desenvolvemos essa questão em “Qualificação do Trabalho: Adestramento ou Liberdade!”, 2001; sendo pois, esse um dos perfis do trabalho que estamos investigando através do Projeto de Pesquisa “Território em Transe...”

[5] Essa questão foi abordada especificamente por Gómez (2002), em sua dissertação de mestrado recentemente defendida e por nós orientada.

[6] Cf. **Bihl**, 1998 e **Mészáros**, 1996.

[7] Encontra-se em consecução três projetos de pesquisa que se voltam à questão de gênero, sob nossa orientação, sendo que as atenções recaem para o cenário sindical, como também para o âmbito da luta pela terra, através dos Coletivos de Gênero e Comissões de Mulheres.

[8] Nos reportamos ao Projeto de Pesquisa, em vigência, “Território em Transe: Metabolismo Societário do Capital e os Desdobramentos para o Trabalho”.

[9] Em “Por uma Geografia do Trabalho”, apresentamos inicialmente essa formulação.

[10] Cf. “Populações Ativas” (1979) e “Geografia Econômica” (1968).

[11] Em Thomaz Jr., 2002c, “Por uma Geografia do Trabalho”, pudemos desenvolver esse roteiro.

[12] Cf. **La Blache**, 1954.

[13] Cf. **Thomaz Jr.**, 2002c.

[14] Estamos nos referindo à próxima etapa do projeto Produtividade em Pesquisa (PQ/CNPq), na qual pretendemos desenvolver (no período de março de 2003 a fevereiro de 2005), o Projeto “Território Minado: Metabolismo Societário do Capital e os Desafios para a Organização do Trabalho”.

[15] Não é o caso de tecer afirmações, mas de atentarmos para as reflexões que **Soja** (1996) nos aponta em “Thirdspace”, no que se refere à diferenças enquanto significado de poder que subjuga o território, o trabalho... Sugerimos consultar o capítulo “Exploring the Spaces that Difference Makes: Notes on the Margin” da referida obra.

[16] Esse assunto está sendo investigado mediante o Projeto de Pesquisa em nível de doutorado, “As Novas Territorialidades do Trabalho diante da (Des)qualificação Profissional e do Adestramento da Força de Trabalho pelo Capital.(Uma Contribuição para a Geografia do Mundo do Trabalho nessa Viragem do Século XXI)”.

[17] Esse assunto abordamos no ensaio “Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil”, 2001.

[18] Mais detalhes ver: **Thomaz Júnior**, 2002b.

[19] Há muito que se conhecer sobre esse fato, mas as pesquisas em desenvolvimento sob nossa orientação e sob a responsabilidade do NERA (Núcleo de Estudos e projetos de Reforma Agrária), coordenado pelo professor Bernardo Mançano Fernandes, têm revelado alguns aspectos desse panorama.

[20] Como prescreve a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Mais detalhes, ver: **Thomaz Júnior**, A., 2001.

[21] No projeto de tese de doutorado, concluído e, 1996, pudemos nos dedicar a essa questão, quando estudamos especificamente a relação capital x trabalho na agroindústria canavieira em São Paulo e os desdobramentos para o movimento sindical. Mais detalhes, ver: **Thomaz Jr.**, 2002b.

[22] Título do novo Projeto de Pesquisa que estamos solicitando renovação de Bolsa PQ/CNPq.

[23] Observação de **Mészáros**, 2002, em “Para Além do Capital”, quando lança ao debate as necessidades de compreensão do controle metabólico do capital sobre o tecido social.

[24] Cf. **Thomaz Jr.**, 1998.